

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis da FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como as Notas Explicativas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, atendendo as determinações do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Ambiente Econômico

A indefinição da economia levou o BACEN a uma retomada no ciclo de alta da taxa básica de juros que provavelmente continuará até meados do próximo ano, pela necessidade de conter a inflação.

O ritmo da atividade econômica neste exercício embora tenha sido melhor do que o do ano anterior, foi bastante modesto, mas, com base nos dados já conhecidos e nas expectativas do empresariado, a previsão é de uma estabilidade de crescimento ao longo de 2014.

Resultado do Exercício e Dividendos

O lucro líquido da empresa no exercício atingiu R\$ 462 mil, correspondendo a uma rentabilidade de 2,15% sobre o patrimônio líquido inicial. Esse resultado foi possível pelo bom desempenho operacional, especialmente pelo ganho na venda de títulos e valores mobiliários.

Neste exercício foi creditado R\$ 0,20 por ação no valor de R\$ 183 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), o qual será imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei n° 6.404/76, conforme previsto no art. 9° da Lei n.° 9.249/95 e será pago até 28 de fevereiro de 2014. Os valores creditados a título de JCP sofrerão incidência de imposto de renda retido na fonte (IRRF) à alíquota de 15%.

Ativos e Outras Operações

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, representados por Cotas de Fundos de Investimento e de ações de Companhia Aberta.

Em atendimento à Instrução CVM N° 381/03, esclarecemos que os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa no período.

Atendendo as Resoluções N° 3.380, 3.464, 3.721, 3.988 e 4.090 do BACEN, informamos que foi criada, respectivamente, a estrutura de gerenciamento de capital bem como a estrutura de gerenciamento do risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez, sendo efetivamente implementadas, através de ferramentas específicas para a identificação e o monitoramento dos riscos, cujo relatório anual sobre a gestão de riscos se encontra à disposição na sede da empresa. A metodologia de cálculo adotada para o cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido relativo ao risco operacional é “Abordagem do Indicador Básico” (Resolução N° 4.193 e Circular N° 3.640).

Considerações Finais

Manifestamos nosso reconhecimento pela preferência e confiança que nossos clientes e acionistas sempre nos têm dispensado e aos nossos funcionários pelo apoio e empenho demonstrados.

Novo Hamburgo, 27 de janeiro de 2014.

Conselho de Administração e Diretoria

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL

Pela Legislação Societária

ATIVO	31.12.2013	31.12.2012
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	22.932	25.059
DISPONIBILIDADES	355	305
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4.021	6.341
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	4.021	6.341
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5.286	5.089
Carteira Própria	5.286	5.089
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.103	13.294
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	14.397	14.965
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(1.294)	(1.671)
OUTROS CRÉDITOS	102	0
Impostos e Contribuições a Compensar	102	0
OUTROS VALORES E BENS	65	30
Outros Valores e Bens	9	12
Despesas Antecipadas	56	18
NÃO CIRCULANTE	5.771	5.327
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.396	3.993
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.068	2.502
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	3.168	2.587
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(100)	(85)
OUTROS CRÉDITOS	1.328	1.491
Créditos Tributários	1.255	1.423
Devedores por Dep. em Garantia	59	55
Opções p/Incentivos Fiscais	14	13
PERMANENTE	1.375	1.334
INVESTIMENTOS	21	21
Investimentos por Incentivos Fiscais	10	10
Ações e Cotas	9	9
Outros Investimentos	2	2
IMOBILIZADO DE USO	1.354	1.313
Imóveis de Uso	2.095	2.055
Outras Imobilizações de Uso	948	961
Depreciações Acumuladas	(1.689)	(1.703)
TOTAL	28.703	30.386

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL
Pela Legislação Societária

PASSIVO	31.12.2013	31.12.2012
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	5.867	6.807
RECURSOS DE ACEITES E EMISS. DE TÍTULOS	4.498	5.140
Recursos de Aceites Cambiais	4.498	5.140
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.369	1.667
Cobrança e Arrec. de Tributos	10	10
Sociais e Estatutárias	240	170
Fiscais e Previdenciárias	226	697
Provisão p/Pagamentos a Efetuar	663	591
Prov. para Passivos Contingentes	59	55
Diversas	171	144
NÃO CIRCULANTE	1.343	1.794
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.343	1.794
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.343	1.794
Fiscais e Previdenciárias	1.343	1.794
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.493	21.785
CAPITAL		
Ações Ordinárias - País	12.351	12.351
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	657	677
RESERVAS DE LUCROS	6.983	6.599
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.502	2.158
TOTAL	28.703	30.386

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Pela Legislação Societária

	01.07.2013	01.01.2013	01.01.2012
	a	a	a
	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.125	7.215	6.853
Operações de Crédito	2.971	5.781	6.256
Resultado de Operaç. Com.Tít. e Val. Mobil.	1.154	1.434	597
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(693)	(1.399)	(2.286)
Operações de Captação no Mercado	(192)	(361)	(362)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(501)	(1.038)	(1.924)
RESULTADO BRUTO DA INTERM. FINANCEIRA	3.432	5.816	4.567
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(2.797)	(4.998)	(4.413)
Receitas de Tarifas Bancárias	270	529	439
Despesas de Pessoal	(2.178)	(3.817)	(3.333)
Outras Despesas Administrativas	(597)	(1.155)	(1.091)
Despesas Tributárias	(203)	(389)	(313)
Outras Receitas Operacionais	10	21	32
Outras Despesas Operacionais	(99)	(187)	(147)
RESULTADO OPERACIONAL	635	818	154
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	3	8	1.588
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	638	826	1.742
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(240)	(310)	(272)
Provisão Para Imposto de Renda	(150)	(189)	(418)
Provisão Para Contribuição Social	(90)	(121)	(255)
Ativo Fiscal Diferido	0	0	401
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(54)	(54)	(76)
LUCRO LÍQUIDO	344	462	1.394
LUCRO POR AÇÃO EM R\$	0,38	0,51	1,53

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Pela Legislação Societária

R\$ MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGEN- TES	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMU- LADOS	TOTAL	RESULTADO ABRANGENTE DA COMPANHIA
			LEGAL	ESPECIAL				
PERÍODO DE 01.07.2013 A 31.12.2013								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	667	358	6.374	1.930	0	21.680	0
OUTROS EVENTOS	-	(10)	-	-	-	17	7	7
Realização de Res. de Reavaliação	-	(17)	-	-	-	17	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	7	-	-	-	-	7	7
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(428)	-	(428)	(428)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	344	344	344
DESTINAÇÕES	-	-	12	239	-	(361)	(110)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(183)	(183)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	73	73	-
Reservas	-	-	12	239	-	(251)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	657	370	6.613	1.502	0	21.493	(78)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(10)	12	239	(428)	0	(187)	(78)
PERÍODO DE 01.01.2013 A 31.12.2013								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	677	353	6.246	2.158	0	21.785	0
OUTROS EVENTOS	-	(20)	-	-	-	32	12	12
Realização de Res. de Reavaliação	-	(32)	-	-	-	32	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	12	-	-	-	-	12	12
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(656)	-	(656)	(656)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	462	462	462
DESTINAÇÕES	-	-	17	367	-	(494)	(110)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(183)	(183)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	73	73	-
Reservas	-	-	17	367	-	(384)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	657	370	6.613	1.502	0	21.493	(182)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(20)	17	367	(656)	0	(292)	(182)
PERÍODO DE 01.01.2012 A 31.12.2012								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	697	298	5.175	0	0	18.521	0
OUTROS EVENTOS	-	(20)	-	-	-	33	13	13
Realização de Res. de Reavaliação	-	(33)	-	-	-	33	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	13	-	-	-	-	13	13
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	2.158	-	2.158	2.158
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	1.394	1.394	1.394
DESTINAÇÕES	-	-	55	1.071	-	(1.427)	(301)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(502)	(502)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	201	201	-
Reservas	-	-	55	1.071	-	(1.126)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	677	353	6.246	2.158	0	21.785	3.565
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(20)	55	1.071	2.158	0	3.264	3.565

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Pela Legislação Societária

	01.07.2013	01.01.2013	01.01.2012
	a	a	a
	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	344	462	1.394
DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM O CAIXA:	116	154	276
Depreciações	37	68	62
Efeito Tributário s/Juro s/Capital Próprio	73	73	201
Impostos e Contribuições s/Res. de Reavaliação	6	13	13
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS	496	1.775	(6.068)
(Aumento) Diminuição das Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	(175)	2.320	(3.473)
(Aumento) Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	350	(197)	(2.855)
(Aumento) Diminuição de Operações de Crédito	131	(375)	599
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	230	62	(330)
(Aumento) Diminuição de Outros Valores e Bens	(40)	(35)	(9)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS	183	(749)	1.727
Aumento de Outras Obrigações	183	(749)	1.727
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.139	1.642	(2.671)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de Investimentos	0	0	280
Alienação de Imobilizado de Uso	0	1	3
Aplicação Imobilizado de Uso	(49)	(110)	(41)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(49)	(109)	242
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Diminuição) de Aceites Cambiais	(601)	(643)	860
Juros sobre Capital Próprio	(183)	(183)	(502)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(428)	(656)	2.158
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.212)	(1.482)	2.516
EFEITOS DA OSCILAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	478	304	217
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	355	355	304
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(122)	51	87

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pela Legislação Societária

	01.07.2013	01.01.2013	01.01.2012
	a	a	a
	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
RECEITAS	3.907	6.735	6.989
Receitas da Intermediação Financeira	4.125	7.215	6.853
Receitas de Prestação de Serviços	270	529	439
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(501)	(1.038)	(1.924)
Outras Receitas	13	29	1.621
DESPESAS DA INTERMEIDÇÃO FINANCEIRA	(192)	(361)	(362)
INSUMOS DE TERCEIROS	(659)	(1.274)	(1.178)
Materiais, Energia e Outros	(527)	(1.029)	(932)
Serviços de Terceiros	(126)	(236)	(235)
Outros	(6)	(9)	(11)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.056	5.100	5.449
RETENÇÕES	(37)	(69)	(62)
Depreciações e Amortizações	(37)	(69)	(62)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	3.019	5.031	5.387
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.019	5.031	5.387
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL	1.912	3.292	2.821
Remuneração Direta	1.630	2.779	2.364
Benefícios	176	331	296
FGTS	106	182	161
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	763	1.277	1.172
Federais	750	1.226	1.145
Municipais	13	51	27
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	344	462	1.394
Juros Sobre Capital Próprio	110	110	301
Reinvestimentos de Lucros	234	352	1.093
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.019	5.031	5.387

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com normas e padrões aprovados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e, com normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão sendo apresentadas segundo os modelos definidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pelo BACEN, na forma da Legislação Societária, tendo em vista que a Lei N.º 9.249, de 26.12.95, através dos seus artigos 4º e 5º, extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, tanto para efeitos fiscais, quanto para fins societários.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na contabilização das operações e na elaboração das demonstrações foram as seguintes:

- a) as receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência e refletem valores nominais;
- b) as depreciações foram calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as quais são as seguintes: Imóveis 1,66%; Instalações, Móveis e Utensílios, Sistema de Comunicação e de Transportes, 10% e Sistemas de Processamento de Dados, 20%;
- c) a provisão para o imposto de renda é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional previsto na legislação, e a contribuição social, a alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustadas pela realização do crédito tributário;
- d) as contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, são demonstradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias incorridas, e deduzindo as correspondentes rendas a apropriar;
- e) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das garantias e riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.
- f) as contas do Passivo Circulante são demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidas das correspondentes despesas a apropriar.
- g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”) – O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Em 31 de dezembro de 2013 não existem indícios da necessidade de redução de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, Cotas de Fundos de Investimento e de ações de Companhia Aberta que se encontram atualizados pelo valor da cota e/ou pelo valor médio de negociação no último dia do mês;

4 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de operações de crédito por tipo de cliente e atividade econômica, em 31.12.2013, demonstramos a seguir em R\$ mil:

NÍVEIS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	PESSOAS FÍSICAS	TOTAL
OPERAÇÕES	DE CRÉDITO	NORMAL			
A	951	1.030	2.272	5.788	10.041
B	-	-	115	163	278
C	331	-	1.474	67	1.872
D	1.752	296	112	201	2.361
OPERAÇÕES	VENCIDAS				
B	-	-	-	399	399
C	-	22	67	427	516
D	459	262	-	329	1.050
E	91	-	-	49	140
F	-	-	-	35	35
G	-	-	-	26	26
H	-	-	479	368	847
TOTAL	3.584	1.610	4.519	7.852	17.565

5 - CRÉDITOS BAIXADOS EM PROVISÃO

O montante de créditos baixados, contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, durante o exercício foi de R\$ 1.399 mil (R\$ 1.735 mil em 2012), tendo sido recuperados R\$ 375 mil (R\$ 807 mil em 2012).

6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social decorre de diferenças entre os critérios estabelecidos pela Receita Federal e Banco Central do Brasil, para o reconhecimento de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como, de provisões para possíveis perdas em ações trabalhistas.

7 - CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é de R\$ 12.351 mil representado por 913.778 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

8 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

O saldo inicial e final de Outros Resultados Abrangentes corresponde ao saldo da Reserva de Reavaliação.

9 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Está representado por Dividendos recebidos de pessoa jurídica. Em 2012 tivemos lucro na venda de ações mantidas no Permanente Investimento.

10 - DIVIDENDO

O Estatuto Social da empresa prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido após ajustes previstos na Lei das Sociedades por Ações, sendo o dividendo proposto demonstrado em R\$ mil:

DISCRIMINAÇÃO	2013	2012
Lucro Líquido	462	1.394
Realização de Reserva de Reavaliação	32	33
(-) Reserva Legal constituída	18	55
Base de Cálculo do dividendo	476	1.372
Dividendo proposto (juros líquido de IR)	155	427
Percentual do dividendo	32,56	31,12
Número de ações com direito a dividendo	913.778	913.778
Dividendo por ação em R\$	0,17	0,47

Os dividendos propostos foram creditados aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, conforme previsto no art. 9º da Lei N° 9.249/95.

11 – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Atendendo determinação da Circular N.º 2.739/97 do BACEN, os efeitos dos juros sobre o capital próprio, calculados conforme Artigo 9º da Lei N° 9.249/95, foram reclassificados para Lucros Acumulados, conforme abaixo em R\$ mil:

	2013	2012
Resultado Líquido	462	1,394
Juros s/Capital Próprio	(183)	(502)
Efeito Tributário s/Juros	73	201
	-----	-----
Resultado Líquido Ajustado	352	1.093

12 - SEGUROS CONTRATADOS

A empresa mantém contratos de seguro em montantes considerados adequados para a cobertura de eventuais riscos, conforme discriminação abaixo em R\$ mil:

ESPÉCIE	OBJETO	2013	2012
Incêndio	Imóveis, Instal., Móv. e Equip. etc.	4.000	3.500
Automóvel	Veículos	77	58
Roubo	Máquinas e Equipamentos	35	35
R. Diversos	Imóveis e R. Civil	795	759

13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações de captação com outras partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volumes de operação, são as seguintes em R\$ mil:

	2013			2012	
	PASSIVO	DESPESAS		PASSIVO	DESPESAS
		SEMESTRE	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO
CAME - PARTICIPAÇÕES LTDA.					
Recursos de Aceites Cambiais	43	1	3	77	6
PESSOAS FÍSICAS					
Recursos de Aceites Cambiais	2.606	103	189	2.694	260

As captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxa média de 95% do CDI.

14 – APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 11.638 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A aplicação das disposições da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941 de 27 de maio de 2009, também levando em consideração os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na elaboração das demonstrações contábeis não produziu qualquer impacto no resultado do exercício da instituição.

A empresa optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização por depreciação ou alienação, cujos efeitos na base de cálculo dos dividendos estão descritos na nota explicativa nº 10.

A estrutura de controle dos riscos de mercado, operacional, de crédito e de liquidez, encontra-se efetivamente implementada, através de ferramentas específicas para identificação e monitoramento dos riscos, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas. Os Diretores responsáveis pela gestão de riscos, juntamente com os demais gestores que suportam os comitês de riscos, analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

GILBERTO LAMPERT	GILDO LAMPERT	ROBERTO CARDOSO	MAURO ELAR FERRARI
Diretor Presidente	Diretor	Diretor e de Relações com Investidores	Contador CRC-RS Nº 43.340 CPF Nº 215.545.600-04

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, atendendo preceitos legais e estatutários, após examinarem os documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como o Relatório da Administração e as respectivas demonstrações financeiras, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, decidiram sua aprovação.

Novo Hamburgo, 27 de janeiro de 2014.

CARLOS MARIA MEINE
Presidente
CESAR AUGUSTO PERONI ODY

JOSÉ ADOLFO SELBACH
Vice Presidente
DANIELA ODY NEDEL

ITALO DALLA BARBA

MARIA HELENA ADAMS PEREZ

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da FINANSINOS S/A – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Declaramos ainda que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2013

GILBERTO LAMPERT
Diretor Presidente

GILDO LAMPERT
Diretor

ROBERTO CARDOSO
Diretor e de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Ilmos Srs.
Diretores da
Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
Novo Hamburgo - RS

*Examinamos as demonstrações financeiras da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.*

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.*

Outros Assuntos

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 17 de janeiro de 2014.

CARLOS ALFREDO MOG
Contador Responsável
CRCRS Nº 34.612

MBAUDIT – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS Nº 3.864